



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Assunto: 5ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulação de Substâncias Químicas

Local: Sala 824 do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, na Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF; Microsoft TEAMS.

Data: 27 de fevereiro de 2025.

Horário: 9h às 17h

Participantes: Lista de presença anexa.

I Objetivo:

A reunião teve como objetivo dar continuidade aos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) sobre regulação de substâncias químicas, com discussão da minuta de Decreto regulamentador.

II Atividades

Abertura

A *Diretora de Qualidade Ambiental e Coordenadora do GT*, Thaianne Resende, abriu a reunião, dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Informou que a reunião estava sendo gravada. Falou que no dia anterior o grupo avançou bastante na análise dos artigos.

Discussão do normativo

O grupo começou as discussões pelo capítulo de confidencialidade.

O subgrupo responsável pelo tema sugeriu várias modificações na minuta inicialmente proposta pelo MMA. Sobre este tópico, os membros questionaram a necessidade de incorporar e definir o conceito de titular da informação no Decreto. Mencionou-se a possibilidade de o comitê deliberativo publicar uma resolução sobre gestão de dados.

Zuleica Nycz (TOXISPHERA) questionou a publicidade dos dados do inventário.

Alan Alves (IBAMA) explicou que a regra geral é a publicidade, estando a confidencialidade relacionada ao cuidado com informações que tenham valor comercial.

Questionou-se a real necessidade de se conceder sigilo ao registro do CAS, visto que é um número de acesso público. Foi explicado que a Lei resguarda essa possibilidade em seu art. 29, §2º. Alan Alves (IBAMA) esclareceu que o problema é a divulgação simultânea do CAS e da identidade da substância química; a proposta de redação do subgrupo de confidencialidade apenas operacionaliza o que está na Lei.

Camila Hubner (ABIQUIM) falou que o problema é a divulgação dos dados. Citou o desenvolvimento de produtos, situação na qual a divulgação do CAS e do uso é possível acessar



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

a informação comercial de desenvolvimento em andamento, podendo prejudicar a empresa responsável. Esclareceu que isso não significa que a molécula cadastrada, mesmo sigilo, não será avaliada. Explicou que o inventário pode ter uma parte pública e uma parte sigilosa, como acontece da TSCA dos Estados Unidos.

Bianca Marigliani (HWFA) ressaltou a importância de se garantir o sigilo ao mesmo tempo em que se evita a repetição de testes em animais.

Sobre as informações consideradas sigilosas, os membros debateram qual seria a melhor técnica de redação: mencionar a LDPG na íntegra ou apenas seu art. 7º. Também discutiram a necessidade de citar a lei de segredo industrial na minuta. As sugestões foram anotadas para o subgrupo de confidencialidade trabalhar no aprimoramento da proposta.

Foi pontuada a possibilidade de se definir ao menos duas instâncias para fins de solicitação de contraditório envolvendo os pedidos de confidencialidade. Os membros debateram a possibilidade de a periodicidade das reuniões dos comitês ser um dificultador da avaliação destes pedidos. Destacou-se que o sigilo envolvendo os dados cadastrados no inventário e sigilo dos dados requeridos quando da avaliação de risco são assuntos diferentes. O MMA ficou de verificar com a consultoria jurídica como melhor abordar este tema no texto.

Camila Hubner (ABIQUIM) destacou que é importante saber quem vai proteger a informação e os procedimentos a serem seguidos para garantir isso; a *Coordenadora do GT* explicou que a segurança dos dados deverá ser garantida no desenvolvimento do sistema do inventário.

Washington Bonini (MDIC) destacou a importância de haver uma Secretaria-Executiva para apoiar o funcionamento dos colegiados. Disse que, geralmente, um ato de um Ministério delega essa função e que o decreto pode prever essa possibilidade, para que um órgão que já exista delegue essa função para uma unidade que também já exista. Explicou que o decreto precisa versar sobre a criação da secretaria-executiva e suas competências; falou que o texto não precisa ser exaustivo, sendo necessário apenas os comandos principais.

Sobre a desconstrução de proteção de informação, a *Coordenadora do GT* destacou tratar-se de uma competência dos órgãos federais responsáveis pelo meio ambiente e saúde, não sendo possível delegar essas funções para os Comitês Técnico ou Deliberativo. Explicou que essa situação e os casos de pedido de sigilo são processos diferentes.

Apresentação sobre o CAS

Entendendo a importância do número CAS na elaboração do Decreto Regulamentador, Patrícia Dias (FUNDACENTRO) fez uma breve apresentação sobre o tema, acessando a página da American Chemistry Society para demonstrar aos membros do GT o mecanismo de buscar e as informações disponíveis para as substâncias listadas no site.

Nova Minuta de Decreto Regulamentador proposta pelo MDIC

Washington Bonini (MDIC) explicou que a proposta foi feita com base nas conclusões do



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

fluxograma apresentado ao grupo durante a 4ª reunião do GT-Regulação. Ressaltou que o texto ainda precisa ser revisado. Disse que o foco foi escrever as ideias que precisavam estar contidas no texto.

Explicou que fez propostas para os microprocessos de cadastro, priorização, análise de risco e definição de medidas de controle de risco, tendo repercussão em várias partes do Decreto. Especificou unidades, competências e parâmetros e excluiu trechos redundantes. Simplificou o texto para suprimir os trechos relacionados às competências dos ministérios, pois havia disposições sobrepostas.

Especificou as unidades do inventário nacional de substâncias químicas: Comitê Técnico, Comitê Deliberativo e Secretaria-Executiva. Reformulou e resumiu as competências para que ficassem mais genéricas, ao mesmo tempo que especificou pontos críticos necessários para o funcionamento dos Comitês.

Sugeriu o acréscimo do MAPA na composição do Comitê Técnico e do MAPA, Ministério da Fazenda e MCTI no Comitê Deliberativo. Criou um capítulo do processo, para compilar as obrigações relacionadas ao cadastro, priorização das substâncias químicas, avaliação de risco e medidas de gerenciamento de risco.

Por fim, fez alguns acréscimos na parte da fiscalização e disposições finais.

Os membros do GT agradeceram ao trabalho feito pelo representante do MDIC e pontuaram a necessidade de tempo para analisar a proposta de internalizar o fluxograma.

Encaminhamentos

Os membros acordaram os seguintes encaminhamentos:

- 28/02: envio da compilação das propostas do MDIC + discutido pelo GT
- 13/03: prazo para envio das sugestões de redação
- 14/03: para a coordenação enviar a compilação das contribuições
- 18/03: subgrupos de Cadastro e Priorização/Avaliação de risco - reuniões presenciais
- 19/03: GT vai revisar o texto

A *Coordenadora do GT* explicou que, no dia 14/03, as contribuições seriam enviadas apenas em forma de compilação, sem análise da equipe do MMA. Sobre a reunião do dia 18/03, informou que seria focada nos temas dos respectivos subgrupos, sendo aberta para a participação de todos os membros do GT.

II Anexo A

Lista de participantes: Alan Alves (IBAMA); Ana Catarina de Amorim (CRQ-I); Antonio Anax Falcão (SBTox); Ariadne Morais (ABIHPEC); Aristeu de Oliveira (MS); Barbara Bonalume



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
Departamento de Qualidade Ambiental
Coordenação Geral de Segurança Química
GT-Regulação de Substâncias Químicas

105 (Givaudan do Brasil LTDA - membro da ABIQUIM); Bianca Marigliani (HSI); Camila Boechat
106 (MMA); Carlos Roberto Ferreira ABIQUIM - Associado Dow Brasil); Carlos Tonelli (IBAMA);
107 Cristiane Nakamura (Indorama Ventures); Daniele Procópio (MMA); Eduarda Santana (Kemira
108 Chemicals Brasil); Elaine Faquim (ABIQUIM); Fairah Barrozo (MS); Fernanda Pirillo (Casa
109 Civil); Fernanda Salles (MS); Ilerson Mello (Rhodia Brasil AS); Jean Shiratori (Braskem); Lidiane
110 de Moraes (ExxonMobil Química Ltda); Maria Augusta Costa (ABIFRA); Marília de Paula Porto
111 (Ibama); Mauricio Valiengo (Evonik Brasil Ltda); Marília Passos (MMA); Patricia Ferreira
112 (Infobasys - MPDF Consultoria); Patricia Dias (Fundacentro); Peter Rembischevski (Anvisa);
113 Polyana Vieira (BASF); Priscila Fabretti (Associquim); Raquel Dias (Solenis); Rhana Augusta Prado
114 (MMA/CONJUR); Tasso Cipriano (Fundação Santo André); Thaianne Resende (MMA); Tiago
115 Oliveira (HENKEL); Tricia Arruda (MS); Washington Bonini (MDIC); Zuleica Nycz (TOXISPHERA).

116

Brasília, 27 de fevereiro de 2025

117

118

GT-Regulação de Substâncias Químicas – Memória da 1ª Reunião.07.março.2025